

Autos Administrativos n. 202300008695

Ofício 2023000898732

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência a Senhora

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT

Secretária de Estado da Economia de Goiás

Secretaria de Estado da Economia de Goiás

Avenida Vereador José Monteiro, n. 2233, Setor Nova Vila

CEP: 74653-900 - Goiânia/GO

Senhora Secretária,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, em atenção ao Ofício nº 469/2023/ECONOMIA, encaminhar-lhe o relatório consolidado do Ministério Público do Estado de Goiás, referente ao segundo semestre de 2022, sobre o cumprimento das vedações de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.

AYLTON FLÁVIO VECHI

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



Documento assinado eletronicamente por **Aylton Flavio Vechi**, em **07/02/2023**, às **15:14**, e consolidado no sistema Atena em **07/02/2023**, às **15:20**, sendo gerado o código de verificação **077aaf20-8942-013b-4e7f-0050568b765d**, conforme Ato PGJ n. 29, de 22 de maio de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida mediante a leitura do QR Code.

**Relatório semestral sobre o cumprimento das obrigações e
vedações no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal**

Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO

Competência:
Julho a dezembro de 2022

Procurador-Geral de Justiça

Aylton Flávio Vechi

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Cyro Terra Peres

Coordenador do Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada

Rafael Machado de Oliveira

Assessor Jurídico-Administrativo

Heráclito D'Abadia Camargo

Diretor-Geral

Frederico Siqueira Guedes Coelho

Superintendente de Finanças

Marcelo Borges dos Santos

1. O Regime de Recuperação Fiscal em Goiás

Regime de Recuperação Fiscal - RRF

O Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar federal nº 159, de 19 de maio de 2017, objetiva fornecer instrumentos de ajuste fiscal a estados que apresentem grave desequilíbrio financeiro.

O Estado de Goiás pleiteou seu ingresso no Regime de Recuperação Fiscal no início de 2019 e, após várias tratativas, teve seu pedido deferido em **21 de setembro de 2021**, pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, habilitando o Estado a aderir ao Regime.

O RRF fornece, aos estados, instrumentos para a Recuperação Fiscal, como a suspensão do pagamento do serviço da dívida pública, dispensa dos requisitos legais exigidos para a contratação de operação de crédito, entre outros, mas também impõe deveres que devem ser cumpridos pelo Estado, dentre os quais: a prestação de informações ao Conselho de Supervisão do RRF – CSRRF, a implementação das medidas de ajuste, o cumprimento das metas e compromissos fiscais, bem como a observância das vedações estabelecidas no art. 8º da LC nº 159/2017.

Plano de Recuperação Fiscal - PRF

O Plano de Recuperação Fiscal, concebido no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, é constituído por um conjunto de medidas que têm por objetivo reequilibrar as contas dos estados.

O Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás foi homologado por Despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial

da União do dia **24 de dezembro de 2021**, no qual a vigência do Regime de Recuperação Fiscal foi estabelecida para o período de **1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2030**.

Durante a vigência do Regime, o Estado deve cumprir o art. 7º-D da LC nº 159/2017, que determina o encaminhamento de relatórios mensais, ao CSRRF, pelos titulares de Poderes e órgãos autônomos, das Secretarias de Estado e das entidades da administração indireta. O Estado deve, ainda, observar as vedações do art. 8º da mesma Lei Complementar.

Ademais, o art. 29 do Decreto nº 10.681/2021 determina aos titulares de Poderes e de órgãos autônomos o envio de relatórios consolidados sobre a implementação das medidas de ajuste e sobre o cumprimento das vedações de que trata o art. 8º da LC nº 159/2017, constatado no semestre anterior.

O presente relatório é editado em atendimento ao inciso I do parágrafo único do art. 29 do Decreto nº 10.681/2021.

2. Transparência

Sítio Eletrônico

Um dos princípios do Regime de Recuperação Fiscal é a transparência das contas públicas, conforme se observa no §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 159/2017.

Nesse sentido, tanto a LC nº 159/2017, quanto o Decreto nº 10.681/2021, determinam a publicação do Plano de Recuperação Fiscal e a disponibilização de página dedicada ao Regime de Recuperação Fiscal no sítio eletrônico do Governo do Estado.

O Estado de Goiás divulga os documentos referentes ao RRF no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Economia, incluindo, dentre outras informações, o contexto judicial e administrativo percorrido até a homologação do Plano de Recuperação Fiscal, a legislação aplicável, o Plano de Recuperação Fiscal e os documentos relacionados ao acompanhamento do PRF.

3. Acompanhamento pelo Conselho de Supervisão do RRF

O art. 7º-B da Lei Complementar nº 159/2017 indica quais condutas se configuram em inadimplência com as obrigações do Plano de Recuperação Fiscal:

- O não envio das informações solicitadas pelo CSRRF/GO e pela STN nos prazos estabelecidos;
- A não implementação das medidas de ajuste fiscal nos prazos e formas previstas no PRF em vigor;
- O não cumprimento das metas e dos compromissos fiscais estipulados no PRF em vigor; e
- A não observância das vedações previstas no art. 8º da LC nº 159/2017.

Análise de adimplência

O CSRRF/GO examina a adimplência do Estado por meio de avaliações anuais, semestrais e bimestrais, conforme segue:

- Avaliação anual: inadimplência quanto às metas e compromissos fiscais;
- Avaliação semestral: inadimplência quanto às medidas de ajuste fiscal e aos descumprimentos de vedações; e

-
- ❑ Avaliação bimestral: inadimplência quanto à prestação de informações e não observância das vedações previstas no art. 8º da LC nº 159/2017.

O Estado de Goiás deve repassar informações mensais referentes ao disposto nos arts. 7º-D e 8º da LC nº 159/2017. Semestralmente, conforme inciso I do parágrafo único do art. 29 do Decreto nº 10.681/2021, devem ser enviados, pelos titulares de Poderes e de órgãos autônomos, relatórios consolidados sobre o cumprimento das obrigações previstas no inciso II do *caput* do art. 7º-B da LC nº 159/2017, e das vedações de que trata o art. 8º da referida LC, constatados durante o semestre anterior.

4. Deveres do Estado

Prestação de Informações

O Estado de Goiás está obrigado, durante a vigência do RRF, a enviar periodicamente informações ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás – CSRRF/GO, seguindo o disposto inciso I do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159/2017.

As informações referentes às perguntas relacionadas aos incisos do art. 7º-D da LC nº 159/2017 são encaminhadas mensalmente pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, assim como pelos demais Poderes e órgãos autônomos, por meio de sistema eletrônico desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, chamado de Sistema do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal - SisRRF.

Implementação das medidas de ajuste

As medidas de ajuste que o Estado deverá implementar estão previstas na seção 5.1 do Plano de Recuperação Fiscal de Goiás. São elas:

Tabela 4.1 – Medidas de Ajuste Fiscal a implementar

#	Nome	Data prevista para conclusão
1	Reestruturação - BB Estruturante	30/06/2022
2	Acréscimo de ICMS (redução de renúncia)	31/12/2022
3	Alienação de Ativos - CELG T	31/12/2022
4	IPO Saneago	31/12/2024
5	Alienação de bens imóveis	31/12/2026

Conforme se extrai da tabela acima, as medidas de ajuste previstas para ocorrer no 2º semestre de 2022 cabem ao Poder Executivo.

Cumprimento das vedações

Além do envio de informações, o Estado de Goiás também possui a obrigação, desde o deferimento do pedido de adesão ao RRF, de observância das vedações previstas no art. 8º da LC nº 159/2017.

Vale observar que as vedações estabelecidas no art. 8º não são absolutas e as condutas vedadas poderão ser realizadas, sem que se incorra em inadimplência com as obrigações do Plano, desde de que realizadas em conformidade com o §2º do mesmo artigo, que estabelece os institutos da compensação financeira (inciso I do §2º) e das ressalvas expressamente incluídas no PRF (inciso II do §2º).

Nesse sentido, quando da edição de algum ato que potencialmente se enquadre nas condutas vedadas, deverá ser informada, no SisRRF, a

situação do ato no Regime: se compensação autorizada, se ressalvada ou se despesa irrelevante.

5. Monitoramento do PRF e cumprimento das obrigações no Ministério Público do Estado de Goiás

Processo de Monitoramento no Estado

A Secretaria de Estado da Economia criou, em sua estrutura organizacional, a Assessoria Especial de Monitoramento Fiscal e Planejamento Financeiro para assessorar os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como os demais Poderes e órgãos autônomos, no acompanhamento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, com vistas ao cumprimento das obrigações dos Estado durante a vigência do Regime.

A criação da Assessoria visa, também, dar cumprimento ao que determina o art. 7º, §2º, da LC nº 159/2017, e o art. 27, I, “a”, do Decreto nº 10.681/2021, sendo, ainda, responsável pelo acompanhamento do saldo das ressalvas para evitar o descumprimento do art. 8º e consequentes sanções do art. 7º-C.

Outra atividade de suma importância da Assessoria é a elaboração de cenários de médio e longo prazo das finanças públicas, com o objetivo de definir diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Estadual e a identificação de riscos fiscais, visando o equilíbrio das contas estaduais não somente na vigência do RRF, mas também de forma perene para a manutenção desse equilíbrio após a saída Estado do Regime.

Da prestação de informações ao CSRRF/GO

Além da prestação mensal de informações a que se refere o art. 7º-D da LC nº 159/2017, realizada por meio do SisRRF, há também a obrigação, estabelecida no inciso I do art. 7º-B da mesma lei, de enviar informações solicitadas pelo CSRRF/GO e pela STN, no exercício de suas atribuições, nos prazos estabelecidos.

O Ministério Público do Estado de Goiás recebeu duas solicitações de informações pelo CSRRF/GO, que foram respondidas tempestivamente, conforme se observa abaixo.

Tabela 5.1 – Solicitação de informações da parte do CSRRF/GO

Processo	Data	Descrição	Prazo final	Data do envio
14021.130099/2022-53	26/10/2022	Solicita informações complementares para a análise do pleito de autorização prévia para compensação financeira dos abonos compensatórios por serviços de natureza extraordinária, previsto no art. 100, inciso XIX, da Lei Complementar Estadual n. 25, de 6 de julho de 1998.	25/11/2022	09/11/2022
19953.100854/2022-78	19/10/2022	Solicita informações acerca do aumento da gratificação de férias. Ato PGJ n. 63 de 6 de setembro de 2022	20/11/2022	03/11/2022

A Secretaria do Tesouro Nacional não realizou solicitações de informações ao Ministério Público no segundo semestre de 2022.

Das Medidas de Ajuste Fiscal

O Ministério Público do Estado de Goiás não possui medida de ajuste prevista para o segundo semestre de 2022 no Plano de Recuperação Fiscal.

Do cumprimento das Vedações

As vedações estabelecidas no art. 8º da LC nº 159/2017 não são absolutas e poderão ser objeto de compensação financeira ou afastadas (ressalvadas), desde que previsto expressamente no PRF em vigor, conforme permissão dada no §2º do mesmo artigo.

O Ministério Público não editou, no segundo semestre de 2022, atos que representassem potenciais descumprimentos de vedações, salvo aqueles expressamente ressalvados no PRF do Estado, conforme permissão dada pelo inciso II do §2º do art. 8º da LC nº 159/2017.

Atos ressalvados

No segundo semestre de 2022, houve a edição de atos que se enquadrassem nas condutas vedadas pelo art. 8º da LC nº 159/2017, mas que estavam ressalvados no Plano de Recuperação Fiscal vigente, conforme permissão dada pelo inciso II do §2º do mesmo artigo, os quais alcançaram o impacto estimado de R\$ 21.187.018,10 (vinte e um milhões cento e oitenta e sete mil dezoito reais e dez centavos), considerando seu reflexo financeiro para o exercício de 2022 em sua totalidade. Tais atos são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 5.2 – Atos do Ministério Público do Estado de Goiás ressaltados no Plano de Recuperação Fiscal

Número do Ato	Data	Inciso art. 8º	Descrição	Situação no Regime
Portaria 2022003729881	02/06/2022	VI	Fixa os valores das diárias, da indenização de transporte decorrente do uso de veículo próprio e do adicional para deslocamento, no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás.	Ressalvado no PRF
Ato PGJ n. 48	29/06/2022	VI	Regulamenta o abono compensatório por serviços de natureza extraordinária (artigo 100, inciso XIX, da LCE n. 25/1998, acrescido pela LCE n. 170/2022)	Ressalvado no PRF
Ato PGJ n. 58	29/08/2022	II	Dispõe sobre os efeitos financeiros da criação das funções gratificadas de Coordenador de Promotoria de Justiça (artigo 1º da LCE n. 176/2022)	Ressalvado no PRF
Ato PGJ n. 59	29/08/2022	II	Dispõe sobre os efeitos financeiros da criação de 5 (cinco) cargos de Analista em Informática (artigo 10 da LCE n. 170/2022)	Ressalvado no PRF
Ato PGJ n. 63	06/09/2022	VI	Implementa a gratificação de férias dos membros do Ministério Público do Estado de Goiás no patamar de 3/5 (três quintos) do subsídio (artigo 100, inciso XII da LCE n. 25/1998)	Ressalvado no PRF
Ato PGJ n. 82	23/11/2022	VI	Altera o Ato PGJ n. 48/2022, que regulamenta o abono compensatório por serviços de natureza extraordinária (artigo 100, inciso XIX, da LCE n. 25/1998, acrescido pela LCE n. 170/2022)	Ressalvado no PRF

Pedido de Remanejamento/Compensação entre os incisos do art. 8º da LC nº 159/2017

O Ministério Público realizou duas solicitações ao CSRRF/GO no segundo semestre de 2022 para remanejamento entre os incisos do art. 8º da LC nº 159/2017, ambas autorizadas, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 5.3 – Pedidos de Compensação

Descrição	Data	Processo	Status
Pedido de remanejamento de valores entre os incisos das ressalvas do Ministério Público do Estado de Goiás às vedações impostas pelo artigo 8º da Lei Complementar n. 159/2017, tendo em vista a necessidade de implementação da despesa concernente à indenização de abonos compensatórios por serviços de natureza extraordinária, nos termos do artigo 100, inciso XIX, da Lei Complementar Estadual n. 25/1998.	05/10/2022	14021.130099/2022-53	Autorizado
Pedido de remanejamento de valores entre os incisos das ressalvas do Ministério Público do Estado de Goiás às vedações impostas pelo artigo 8º da Lei Complementar n. 159, de 19 de maio de 2017, referente à implementação da gratificação de férias dos membros do Ministério Público no patamar de 3/5 (três) quintos do subsídio.	18/10/2022	14021.134115/2022-87	Autorizado